



Eixo Temático: GT1: Estado, Capital e Políticas Públicas no Campo

AGRICULTOR FAMILIAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE/BA

Simone Soares Batista de Jesus¹

progeosimonesoares@hotmail.com

Universidade Federal da Bahia/UFBA/FAPESB
NERA – Núcleo de Estudos Regionais e Agrários
Noeli Pertile²

noeli.pertile@yahoo.com.br

Universidade Federal da Bahia/UFBA
NERA – Núcleo de Estudos Regionais e Agrários

Resumo: A partir do século XVI no Brasil, a agricultura através das relações comerciais estimulou o surgimento dos espaços rurais e urbanos nas principais regiões do país. O presente artigo tem como objetivo compreender como o agricultor familiar acessa as políticas públicas (Pronaf, PAA e PNAE) no município de São Felipe/BA. A pesquisa aborda vários autores que abordam a agricultura familiar e, por meio de dados qualitativos e quantitativos, busca-se verificar o resultado das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar de 1990 até 2015 no município de São Felipe/BA. Assim, foi possível constatar que o incentivo de políticas públicas específicas como o Pronaf, PAA e PNAE tem provocado mudanças na vida das famílias dos agricultores familiares em São Felipe/BA, porém vários problemas estão impedindo que essas políticas possam garantir o desenvolvimento da agricultura familiar no município e a efetivação de melhores condições de vida para as famílias dos agricultores familiares, sendo que falta mais empenho dos agentes políticos local para promover o desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Agricultor familiar, Políticas Públicas, São Felipe/BA.

INTRODUÇÃO

No Brasil a agricultura familiar vem sendo discutida por vários autores a partir da questão agrária e suas implicações para o desenvolvimento da pequena produção rural. Nesse sentido, a agricultura familiar surgiu como uma categoria a partir de meados da década de 1990 sob pressão de movimentos sociais do campo no Sul do país ao Governo Federal para à criação de uma política pública específica que favorecesse aos pequenos produtores rurais crédito para o desenvolvimento da produção.

¹ Mestranda do curso de Pós-Graduação em Geografia pela UFBA, Bolsista FAPESB, Grupo de Pesquisa NERA (Núcleo de Estudos Regionais e Agrários – IGEO/UFBA).

² Doutora em Geografia, professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia e membro do Grupo de Pesquisa NERA (Núcleo de Estudos Regionais e Agrários) do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia (IGEO/UFBA).

Assim a agricultura familiar vem assumindo lugar de resistência e reprodução para o pequeno agricultor que tem se organizado em diferentes formas de organizações sociais (associações, sindicatos rurais, cooperativas e movimentos sociais) para lutar e conquistar seus direitos em relação à terra, a comercialização da produção promovendo o desenvolvimento rural e a permanência do homem no campo.

Algumas discussões em relação ao termo agricultor familiar da ideia de algo diferenciado do agricultor camponês por parecer estar em uma posição de sintonia com a modernidade, estimulado por agentes políticos através do desenvolvimento de políticas públicas específicas para essa categoria. Entretanto, desde o processo inicial da formação dos latifúndios e minifúndios no país, os agricultores familiares passam por uma desvalorização da produção e mão de obra que fortalece atividades pluriativas como alternativas para os agricultores familiares sobreviverem no campo.

A criação de políticas públicas como o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) criado em 1995, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003 e o fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 2009 com a indicação de compra de 30% de alimentos para a merenda escolar com os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) da agricultura familiar. Propõe incentivar o fortalecimento da produção dos agricultores familiares e permanência no campo como uma das medidas que o Governo Federal vem fomentando para o desenvolvimento rural a partir da década de 1990, mas várias são as dificuldades que os agricultores familiares têm enfrentado para o acesso a essas políticas, principalmente na região nordeste.

Este artigo tem como objetivo compreender o agricultor familiar e as políticas públicas (Pronaf, PAA e PNAE) no município de São Felipe/BA. Utilizando como metodologia parte da pesquisa de dissertação em construção que busca entender a agricultura familiar em âmbito local no Recôncavo baiano analisando as discussões de vários autores sobre agricultura familiar e campesinato, além de verificar os impactos dessas políticas públicas para o agricultor familiar no município de São Felipe. Assim, o trabalho foi organizado com a composição de três tópicos. Inicialmente a introdução, no primeiro tópico uma contextualização sobre a agricultura familiar no Brasil. No segundo tópico uma apresentação das políticas públicas voltadas para a pequena produção. O tópico terceiro o processo de implantação das políticas públicas (Pronaf, PAA e PNAE) no município de São Felipe/BA e os impactos desses programas para a agricultura familiar, por fim as conclusões.

1. AGRICULTURA FAMILIAR E O ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

A pequena produção formada por agricultores familiares a partir de relações de trabalho entre os membros da família ou vizinhança estruturou-se para desenvolver atividades de produção e comercialização dentro e fora das propriedades rurais. Sendo que, o modo de produzir desses agricultores determinou a legitimidade pelo Estado da agricultura familiar como uma categoria específica de produtores a partir de 1995 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

Esse reconhecimento foi possível devido às lutas dos movimentos dos pequenos agricultores e dos trabalhadores rurais, fortalecidas pelo sindicalismo rural que passava por grandes desafios expostos pela economia brasileira na década de 1970, tendo sido apoiadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG (SCHNEIDER, 2003).

A partir de 1950, com a modernização da agricultura a produção no meio rural brasileiro foi se processando e intensificada em 1970, por meio das mudanças ocorridas no espaço agrário brasileiro que deixou à margem da produção vários agricultores, principalmente os mais pobres que não conseguiram adequar-se ao novo modelo de atividade capitalista de produção. Conseqüentemente, estes passaram a ser alvo de subordinação forçando a sua integração às novas formas de relações econômicas e políticas (SILVA; JESUS, 2010).

De acordo com Grossi e Silva (2002), o Brasil investiu em pesquisas agropecuárias e biotecnologia para melhorar a produção dos grandes e médios produtores no campo na década de 1970, aparecendo seus resultados em 1990. O Governo buscou aderir ao modelo capitalista de modernização, porém os incentivos e os investimentos, não foram direcionados a essa categoria de agricultor e nem suficientes para solucionar problemas estruturais no campo brasileiro. Sendo que a maior parte dos agricultores (pequenos) não conseguiu se adaptar as novas atividades de produção (SILVA, 1999).

É preciso entender que as relações de produção entre camponeses e agricultores familiares se estabeleceram por meio da divisão do trabalho realizado pelas pessoas da família, possíveis de identificar essas duas categorias distintas de produtor. Porém, na

relação de produção familiar, a produção camponesa é familiar, mas nem toda produção familiar é camponesa (LAMARCHE, 1993; FERNANDES, 2002).

O agricultor familiar camponês tem particularidades na relação de produção desenvolvida na unidade familiar possíveis de ser identificadas com as práticas de produzir seus cultivos que buscam o equilíbrio com a natureza muitas vezes presente, a produção focada para o consumo e soberania alimentar, onde na relação da divisão do trabalho não existe lucro ou salário, sendo que o mais importante é a relação de produção para o uso e não para a troca. Isso porque, o campesinato possui uma forma tradicional de organização social com características particulares de relações de produção gerada pela família (LAMARCHE, 1993; WANDERLEY, 2013). No entanto, na agricultura familiar as relações se estabelecem pelo valor de uso e valor de troca de produção (SILVA, 1999).

No município de São Felipe localizado no Recôncavo baiano a partir dos dados analisados foi verificado que a maior parte (80,8%) dos estabelecimentos possuem áreas menor que 5 e menor que 50 (ha) predominando o minifúndio (IBGE - GeografAR, 2011) e que 80,44% dos agricultores desenvolvem as atividades de produção por meio da divisão do trabalho familiar de maneira tradicional³ e parte (69,33%) das sementes utilizadas por esses agricultores foram guardadas/herdadas também de gerações anteriores. Dessa maneira de produzir os agricultores familiares preservam características camponesas, porém desconhecem esse sujeito que vive no/do campo. Sendo que os agricultores que acessaram o Pronaf e tiveram alguma assistência técnica foram incentivados a produzirem com novas técnicas e insumos para aumentar a produção, pagar o financiamento e aumentar a área de produção sem considerar práticas tradicionais na produção descaracterizando esse sujeito que não conhece e se reconhece, enquanto agricultor camponês.

No Brasil, segundo Fernandes (2002); Wanderley (2013), quando o capital adentrou nas relações de produção da agricultura estimulado pelo processo de modernização industrial, os agricultores camponeses foram forçados a mudanças em sua forma de produção e as novas técnicas de produção aumentaram o excedente, possibilitando relações de comercialização que impulsionaram uma parte desses agricultores à categoria de agricultor familiar. Com isso, a maior parte dos agricultores

³ Modelo aqui entendido como os conhecimentos de prática agrícola passado pelas gerações anteriores que utilizavam mais saberes populares do que os convencionais ensinados por instituições do governo ou particulares.

familiares do município de São Felipe não se reconhece como camponeses e nem sabe a existência dessa categoria de agricultor.

As problemáticas enfrentadas pelos agricultores familiares e camponeses estão diretamente ligadas à questão agrária, a qual, ainda não foi resolvida. Sendo que a partir da luta por políticas públicas específicas e da valorização dos produtos alimentícios produzidos no campo que esses sujeitos poderão ser reconhecidos e os problemas solucionados (ABROMAVAY, 1998).

Segundo os dados do último Censo Agropecuário da Agricultura Familiar (2006), a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, contrariando os grandes e médios produtores ruralistas do agronegócio (MITIDIERO JUNIOR; BARBOSA, 2016). A agricultura familiar possui potencialidades para o desenvolvimento rural fortalecendo os agentes sociais a exigir do Governo brasileiro políticas públicas cada vez mais específicas considerando as práticas tradicionais, as realidades regionais atendendo os agricultores e seus membros que desenvolvem trabalhos com ocupações agrícolas ou não agrícolas (pluriativas), mas que pertençam ao campo e proporcionem a volta dos que saíram do campo (VEIGA, 2001; AQUINO; SANTOS).

A agricultura familiar, não parte apenas de uma categoria determinada pelo Estado, mas da luta dos movimentos dos pequenos agricultores por políticas específicas, do processo histórico do campesinato, da relação entre a terra, o trabalho e a família e das transformações impostas pelos impactos do processo de modernização agrícola no campo brasileiro.

2. PRONAF, PAA E O PANE PARA O CAMPO BRASILEIRO

A produção do espaço agrário brasileiro desde a colonização portuguesa foi ocupada com cultivos agrícolas tornando-se, assim, uma atividade econômica importante para o desenvolvimento de relações comerciais e estimulando o surgimento dos espaços rurais e urbanos. Dessa forma o Brasil foi influenciado pelo processo colonial até 1930, voltado para a produção de cana-de-açúcar, cacau e café para o mercado externo. Porém, encontrou dificuldades na transição da passagem da economia colonial para a economia nacional de dependência (MIELITZ NETO; MELO; MAIA, 2010).

A partir desse processo de produção da agricultura brasileira relações políticas, econômicas e sociais favoreceram a construção de políticas públicas que possibilitaram

o desenvolvimento dos cultivos produzidos pelos grandes e médios agricultores para alcançar o desenvolvimento industrial nos espaços do mundo e adentrar nas disputas econômicas e sociais. No entanto, as políticas públicas estruturadas no Brasil na sua maioria foram formadas por um conjunto de medidas elaboradas pelo Governo com intuito de orientar determinado grupo social (GRISA, 2012).

Segundo Saron; Hespanhol (2012) a partir da década de 1960, o país estruturou a política agrícola priorizando médios e grandes produtores rurais do Centro-Sul do país articulado-a com a política macroeconômica para a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Esse crédito tinha aspecto conservador, excludente e seletivo direcionado para implantar o projeto de modernização técnica na agricultura até 1980. Ainda de acordo com os autores apesar de melhorar a base técnica da agricultura brasileira, não alterou a estrutura fundiária e social (SARON; HESPANHOL, 2012).

O Brasil, em meados de 1980 com o processo de redemocratização e a liberação econômica foi moldando os espaços e as relações políticas internas e externas dinamizando a produção agrícola, industrial e social. Mas só a partir da Constituição Federal de 1988⁴, mudanças ocorreram no cenário das relações sociais e das políticas públicas institucionais que dinamizaram um pouco a produção do espaço agrário e agrícola brasileiro favorecendo aos pequenos agricultores (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Essas mudanças foram possíveis porque pequenos produtores familiares representados pelo fórum de Agricultura Familiar a partir de diálogos conflituosos com o Governo buscaram a criação de políticas específicas para o campo e a participação das organizações sociais na construção das políticas públicas voltadas para o pequeno produtor familiar. Isso porque até a década de 1990, não existia uma política pública brasileira específica que fosse direcionada para o financiamento dos pequenos produtores familiares; o crédito rural existente era direcionado para grandes e médios produtores.

Para acessar o crédito rural no Brasil em meados de 1990 o produtor familiar era considerado pelo Governo como mini-produtor, esse termo o enquadrava no Manual de Crédito Rural para concorrer ao crédito rural com grandes e médios

⁴ Foi um marco importante para o Fórum da Agricultura Familiar, pois fortaleceu a criação das políticas específicas para a Agricultura Familiar. Com ela foi possível aprovação da necessidade de constituir a Lei Agrícola nº 8.171/91 e a Lei Agrária nº 8.629/93, além de regulamentar a previdência social (GRISA, 2012).

produtores, mas seguia as mesmas exigências bancária (BELINK, 1999; SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

Nesse contexto, várias organizações (nacional) de movimentos sociais do campo pela redemocratização do Estado aos direitos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais através de incansáveis lutas se intensificaram na conquista de um crédito rural que fosse favorável às condições socioeconômicas do produtor familiar (AQUINO; SCHNEIDER, 2015). Dessa maneira ocorreu no Governo de Itamar Franco a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) em 1994.

De acordo com Belink (1999), o Provap trabalhava a partir de créditos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Sendo regulamentado pela Resolução nº 2.101 de 24 de agosto de 1994 do Conselho Monetário Nacional, considerado o primeiro esboço de uma política diferenciada para o produtor familiar (GRISA, 2012).

Esse programa foi substituído pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) criado em 1996 pelo Decreto 1.946, o qual possibilitou o reconhecimento da categoria de produtores rurais como Agricultura Familiar (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

O Governo brasileiro reconhecendo a necessidade das esferas sociais do campo criou outras políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) instituído pelo Art. 19. da Lei 10.696/2003 e através da Lei 12.188/2010 a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão (PNATER). Com isso fortaleceu o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) criado em 1950, sendo que de acordo com a Lei nº 11.947/2009 determina que, no mínimo, 30% dos recursos repassados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam direcionados para à compra de alimentação escolar provenientes da Agricultura Familiar, organização empreendedora familiar rural de assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (JESUS, 2015, PINTO, 2012, FATAESP, 2011).

Existem ainda, outros programas assistencialistas e sociais como a Aposentadoria Rural e o Programa Bolsa Família que vem transferindo renda e possibilitando impactos sobre a vida das famílias rurais brasileiras.

A criação de políticas públicas específica para o fortalecimento da Agricultura Familiar favoreceu o incentivo de créditos agrícolas, fortalecimento da extensão rural e

melhor acesso às tecnologias, sejam convencionais ou sociais⁵, que expressam potencialidades locais. Mas ainda é considerada pouco para que ocorra mudanças efetivas no campo para o agricultor familiar e camponeses.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE/BA

O município de São Felipe está localizado na Zona Fisiográfica do Recôncavo baiano tem como limites os municípios de Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Maragogipe, Muniz Ferreira, Nazaré e Santo Antonio de Jesus possui área territorial com 205 Km² e população estimada de 21 mil habitantes (IBGE, 2014).

No município de São Felipe o Pronaf foi iniciado em 1999 a partir do incentivo da EBDA aos agricultores familiares para a formação de associações rurais com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Felipe e da prefeitura municipal em meados de 1998. De acordo com as análises de Jesus (2017) nas sete localidades pesquisadas foram encontrados apenas 28,4% de agricultores familiares que acessaram algum tipo de Pronaf (B ou C) em um cenário de 225 agricultores familiares pesquisados.

Dos agricultores familiares que acessaram o programa 6,7% disseram ter recebido algum tipo de assistência técnica através da EBDA, UFRB e EMBRAPA fazendo com que melhorassem a produção e comprasse áreas para aumentar a produção, além de terem pagado em dias o financiamento. Enquanto que, 21,7% dos agricultores familiares que acessaram o Pronaf não tiveram nenhum tipo de assistência técnica, não melhoraram suas plantações, nem compraram áreas para aumentar a produção e acabaram muitos deles tendo dificuldades para pagar o financiamento com os Bancos (Nordeste ou Brasil) devido a fatores climáticos e pragas nos cultivos que influenciaram na produção favorecendo ao endividamento dos agricultores familiares no município.

Desde o processo inicial do Pronaf no município possibilitou aos agricultores acessarem inicialmente os créditos voltados para custeio, sendo que o aumento dos agricultores a esse crédito foi de acordo com o processo de formação das associações

⁵ De acordo com Jesus (2012), tecnologia social é criada na interação com a população, ou, por uma pessoa considerando tradições, arranjos organizacionais, saberes locais, potencial regional, realidade econômica e social para solucionar problemas (miséria, desemprego, exclusão social, entre outros).

rurais e o decréscimo de acordo ao endividamento por falta de assistência técnica de parte dos agricultores familiares minifundiários. O acesso e aumento ao crédito de investimento para a atividade de pecuária ocorreu pelos agricultores familiares pequenos e médios (os que possuem áreas maiores que 50 hectares). Estes, criam gado bovino e são mais estruturados em seus estabelecimentos rurais.

O acesso dos agricultores familiares ao PAA ocorreu no município a partir de 2006 incentivado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais para a venda da farinha de mandioca a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB seguindo a modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF pelo Governo Federal para reserva de alimentos e regulação de preços dos produtos em momentos de baixa de preço. Para os agricultores familiares esse acesso ao PAA foi importante, pois com essa modalidade os preços da farinha de mandioca que se encontrava em baixa de R\$ 28,00 passou para R\$ 40,00 fazendo os agricultores deixarem de vender para a CONAB e terem autonomia.

No segundo acesso a esse programa em 2013, fruto do primeiro Plano de Ação elaborado em 2009 pela coordenação da Secretaria de Agricultura municipal de São Felipe que pretendia atender quinze agricultores cadastrados e cinco entidades filantrópica sob um valor disponibilizado ao município pelo MDA e MDS de R\$ 36.000,00 para a compra de produtos da agricultura familiar e doação desses produtos a 1000 (mil) famílias carentes do município. Entretanto, efetuou o acesso com a venda de R\$ 850,00, o equivalente a 2,3% do recurso disponibilizado por apenas dois agricultores familiares e sem representação de entidades como consta nos dados do MDA e MDS de 2013.

Com intenção de atingir mais agricultores familiares para o acesso ao PAA o Plano de Ação elaborado pela coordenação da Secretaria de Agricultura municipal foi alterado para o ano de 2014, tendo participado do PAA sessenta e um (61) agricultores familiares e cinco entidades com a compra de R\$ 27.374,20, o equivalente a 27,37% do valor (R\$ 100.000,00) disponibilizado pelo MDA e MDS ao município para esse mesmo ano. Mesmo tendo aumentado o número de agricultores familiares o valor de compra pelo programa ainda é considerado baixo em relação ao que foi disponibilizado, porém para os agricultores familiares que venderam os produtos e as famílias que receberam o PAA ajudou a melhorar um pouco a vida dos mesmos.

Outro programa que tem sido incentivado aos agricultores familiares por agentes políticos no município desde 2009 buscando contribuir para a comercialização dos produtos da agricultura familiar é o PNAE, porém ocorreram apenas duas operações no

município um em 2013 no valor de R\$ 13.889,90, correspondendo 3,68% do valor transferido (R\$ 377.612,00) pelo FNDE. E outro em 2015 no valor de R\$ 219.209,90, equivalendo a 34,07% de R\$ 643.352,00 (FNDE, 2017).

O PNAE desde 2009 vem sendo incentivado pela Secretaria de Agricultura municipal para a venda dos produtos dos agricultores familiares, mas vários fatores como a falta de infraestrutura nas escolas do município e a contratação de um nutricionista foram gargalos que impediram o programa ser implantado no município. Entretanto, dificuldades que foram aos poucos sendo superadas com a contratação de uma nutricionista e adequação das escolas a exigência do programa e o mesmo pode ser implantado no município, mas poucos foram os agricultores familiares que venderam seus produtos ao PNAE. Isso porque a maior parte dos produtos *in natura* comprados pelo programa não foram da produção local. Ainda foi possível perceber que o município cumpriu a meta em 2015 dos 30% com a compra de mais de 30% dos alimentos destinados para a merenda escolar, porém não considerou a elaboração de um cardápio com produtos oriundos do município.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório perceber que o modelo de desenvolvimento tecnológico para a expansão agrícola projetado no Brasil a partir de 1950 levou mudanças para a zona rural, de modo que o pequeno agricultor familiar e camponês fossem excluídos do direito a terra, a reproduzir sua cultura e a permanência dos membros de suas famílias no meio rural.

A partir da década de 1996 a agricultura familiar foi reconhecida pelo Estado através de uma política pública específica o Pronaf favorável ao pequeno agricultor a integra-se ao mercado. Entretanto, o termo agricultor familiar vem descaracterizando a origem do pequeno produtor familiar, enquanto camponês em algumas regiões do país.

O agricultor camponês é parte de pequenos grupos de produtores rurais que cultivam suas culturas de forma tradicional preservando o solo, comprometidos com a produção para o sustento familiar e com a luta pela soberania alimentar, reprodução e resignificação, enquanto classe de produtor camponês. Algumas dessas características estão presentes na prática de produção de alguns agricultores familiares do município de São Felipe, porém os mesmos não se reconhecem como agricultor familiar ou camponês

e tampouco sabem o significado da luta desses agricultores. Porém, utilizam o termo de lavrador para se identificar como agricultor rural no município.

As políticas públicas voltadas para o campo como Pronaf, PAA e PNAE tem grande significado para a agricultura familiar no município de São Felipe, porém vários problemas estão impedindo que o Pronaf, PNAE e o PAA possa garantir a concretização de melhores condições de vida para as famílias dos agricultores familiares, sendo necessário mais empenho dos agentes políticos locais para que essas políticas públicas possam atingir mais agricultores familiares e promover o desenvolvimento rural no município.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária**, v. 28, n. 1, p. 2, 1998. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/_ftpinstitutodeterras/abramovay.doc> Acesso em: 13 de Jan. de 2016.

AQUINO, Joacir Rufino; SANTOS, Robério Ferreira dos. Novos desafios para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar nordestina. **Revista Raízes Ensaio** Vol. 21, Nº. 01, jan. – jun. / 2002.

_____, Joacir Rufino; Joacir Rufino; SCHNEIDER, Sergio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. *In*: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil** (Org.). – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 53-82.

BELIK, Walter. **Avaliação da operacionalização do programa Pronaf**. São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/pesquisas/artigo.html>>. Acesso em: 02 de mai. de 2016.

FETAESP. FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **PNAE: Programa Nacional de Alimentos Escolar**. 2011. Disponível em:<<http://www.fetaesp.org.br/fetaesp/idex.php/politica-agricola/pnae>> Acesso em: 02 de Fevereiro de 2014.

FNDE. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Dados da Agricultura Familiar: Aquisições da Agricultura Familiar em São Felipe de 2011 a 2015**. Disponível em:<<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar>> Acesso em: 20 de abr. de 2017.

GeografAR. **Evolução do Índice de Gini e da Estrutura Fundiária**. São Felipe - BA (1950 - 2006). Projeto GeografAR - A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. Disponível em:< <http://www.geografar.ufba.br>>. Acesso em: 20 de fev. de 2016.

GRISA, C. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil**: Produção e institucionalização das ideias. Tese (Doutorado) Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. UFRJ, 2012. Disponível em: <<http://rl.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2012/07/Tese-Catia-Grisa.pdf>> Acesso: 02 de fevereiro de 2014.

_____, C. e SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil** (Org.). – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil>> Acesso em: 22 de novembro de 2015.

GROSSI, M. E. Del; SILVA, J. G. da. **Novo rural: uma abordagem ilustrada**. Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná. Vol. 1, 2002, p. 53. Disponível em: <<http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=868>> Acesso em: 05 de Out. de 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativa de população para 1º de julho de 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/estimativa_tcu.shtm>. Acesso em: 30 de mar. de 2015.

JESUS, S. S. B. de. **A Construção de metodologias como modelo de gestão em base na tecnologia social para a COMASFE** (Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe - Bahia). Artigo (Pós-Graduação/Especialização) apresentado ao Curso Sociedade, Inovação e Tecnologia Social da UFBA, 2012.

_____. Agricultura Familiar no Nordeste Brasileiro. In. **Anais... III GPECT E IX Fórum “As (Ir)racionalidades do capital nos tempos e espaço da barbárie”**. v. 1, p. 1-18, 2015.

LAMARCHER, Hughes. **A agricultura familiar: comparação internacional** (coord.); Tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1993. (Coleção Repertórios).

MIELITZ NETO, Guilherme Adalberto.; MELO, Lenivaldo Manoel de; MAIA, Cláudio Machado. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; BARBOSA, Humberto Junior Neves. **Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos de censo agropecuário 2016**, feliz aniversário Camponês. XXII Encontro Nacional de Geografia Agrária. De 09 a 13 de novembro de 2016. Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão. 1 CD-ROM.

PINTO, I. S; ALMEIDA, A. S. **Agricultura familiar e o programa de aquisição de alimentos (PAA) no município de Cruz das Almas – BA**. Artigo (Pós-Graduação/Especialização) apresentado ao Curso Sociedade, Inovação e Tecnologia Social da UFRB, 2012.

SARON, Flávio de Arruda; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. O Pronaf e as políticas de desenvolvimento no Brasil: o desafio da (re) construção das políticas de apoio à agricultura familiar. **GEO UERJ – Ano 14, nº 23, v. 2, 2º semestre de 2012, p. 656-683**. Disponível em: <www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/.../5411> Acesso em: 29 de jan. de 2016.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18, Nº. 51, fevereiro / 2003.

SCHNEIDER, Sérgio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF**. 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf>> Acesso em: 04 de agosto de 2015.

SILVA, J. R. da. JESUS, P. de. Os desafios do novo rural e as perspectivas da agricultura familiar no Brasil. **Anais... V Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação – CONNEPI**, 2010.

SILVA, Lenyra Rique da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto. (Caminhos da geografia), 1991.

VEIGA, José Eli. da. **O Brasil Rural Ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento**. Estudos avançados 15 (43), 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a10.pdf>> Acesso em: 15 de junh. De 2015.

WANDERLEY, Maria. de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 1, 2013. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>> Acesso em: 12 de jan. de 2016.